



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO CAMPO



MARIA CELMA DE SOUZA

**O RIO VERDE GRANDE E OS POVOS TRADICIONAIS DE
JAÍBA: um estudo sobre o processo de desenraizamento.**

Belo Horizonte
Outubro de 2014

MARIA CELMA DE SOUZA

**O RIO VERDE GRANDE E OS POVOS TRADICIONAIS DE
JAÍBA: um estudo sobre o processo de desenraizamento**

Trabalho de Conclusão Curso
apresentado ao Curso de Especialização
em Educação do Campo da faculdade de
Educação da Universidade Federal de
Minas Gerais.

Orientador: Prof. Dr. Charles Cunha

Belo Horizonte
Outubro de 2014

Dedico aos povos tradicionais de Jaíba que vivem às margens do rio Verde Grande, especialmente aos mais velhos que são como patrimônios vivos de nosso território. Às minhas avós: Maria e Teresa, com quem aprendi a arte de ouvir contar histórias. À Elisa e Maíra “filhas de minha ternura”.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus Trindade a vida e a oportunidade de aprender. Ao meu esposo e filhas pela compreensão durante minhas ausências e buscas. À mãe, minha grande inspiração e colaboradora. À Letícia Rocha pela amizade e incentivo. Aos professores, professoras e colegas do Curso de Especialização de Educação do Campo pelo tempo de convivência e troca de saberes/sabores. O nosso coletivo de mineiros e mineiras, acreano, amapaense, pernambucana, paulista, paraense, rondoniense, carioca, mato-grossense, sergipana, brasiliense e cearense muito obrigada, vocês são presentes, carregados de grande amorosidade. À professora Dra. Maria José pela atenção especial a minha pesquisa e valiosa colaboração. E ao prof. Dr. Charles Cunha por se dispor a me orientar na construção deste trabalho.

Minha gratidão se estende ao povo tradicional de Jaíba que são memória viva do seu passado e presente. A este povo que sofreu o processo de expulsão de seu território e arrancado de suas territorialidades o meu afeto e o desejo de que por meio da memória coletiva busquemos os nossos direitos.

Como entender a brutalidade do desenraizamento?

Miguel Arroyo

RESUMO

O presente trabalho buscou resgatar parte da história dos povos tradicionais que habitavam o território de Jaíba e buscar compreender como se deu o processo de expropriação das terras desses povos que viviam às margens do Rio Verde Grande no referido município. O pressuposto metodológico baseia-se na pesquisa qualitativa, por meio de fontes orais. Os procedimentos utilizados foram o relato oral de vida e depoimentos orais, por ser uma forma menos ampla e livre, em que o narrador aborde aspectos de sua vida com liberdade, mas direcionando seu relato para determinados tópicos (LANG, 1995). A técnica utilizada foi à entrevista. Os teóricos que embasaram este estudo foram: Costa (1999; 2005); Ecléa Bosi (1994; 2003); Lacerda (2012); Cunha (2010); Meihy (2010); Costa Filho (2008), Ratts (2000) e outros. A partir da coleta de dados, direcionamos as análises para demonstrar como era a vida dos povos que viviam as margens do rio Verde Grande antes dos processos de colonização e expropriação das terras e territorialidades. E buscou compreender como se deu o processo de desenraizamento da sua cultura.

Palavras-chave: Rio Verde Grande, povos tradicionais, territorialidade, memória.

ABSTRACT

This work intends to redeem part of the history of indigenous peoples that inhabited the territory of Jaíba and seek to understand how was the process of expropriation of the lands of these peoples who lived on the banks of the Rio Verde Grande within this municipality. The methodological assumption is based on qualitative research through oral sources. The procedures used were oral account of life and oral testimony, because it is less comprehensive and free form, in which the narrator addresses aspects of your life with freedom, but directing his account for certain topics (LANG, 1995). The technique used was the interview. Theorists that supported this study were: Costa (1999, 2005); Ecléa Bosi (1994, 2003); Lacerda (2012); Cunha (2010); Meihy (2010); Costa Son (2008), Ratts (2000) and others. From the collection of data, we focus the analysis to demonstrate what life was like for people who lived on the banks of Green River Grande before the processes of colonization and dispossession of land and territoriality. And try to understand how was the process of uprooting their culture.

Key words: Rio Verde Grande, Traditional Peoples, Territoriality, memory

SUMÁRIO

Introdução.....	09
Capítulo I – O norte de Minas, o Vale do Rio Verde Grande e os povos tradicionais.....	12
Capítulo II – Memória social e o enraizamento dos povos tradicionais de Jaíba.....	20
2.1 – A pesquisa: sujeitos e metodologia.....	22
2.1.2 – Apresentação dos sujeitos da pesquisa e seu enraizamento.....	23
2.2 – Depoimentos Orais.....	25
2.3 - Memória dos povos tradicionais de Jaíba e os processos de desenraizamento.....	25
Considerações finais.....	35
Referências bibliográficas.....	37
Anexos I	39
Anexos II.....	42

Introdução

O interesse pelo tema vem do desejo de conhecer a história dos povos Tradicionais de Jaíba, no Norte de Minas Gerais, e compreender como se deu o processo de desenraizamento deste povo. Quem são eles? Onde viviam? O que faziam? Qual era sua identidade?

Essa pesquisa torna-se relevante por possibilitar o resgate da memória dos povos tradicionais do município de Jaíba por fazerem parte do “território negro ampliado” cunhado por Costa (2005). A relevância acadêmica consiste na possibilidade e pertinência do registro da memória oral da vida dos povos quilombolas que viviam na região, o seu reconhecimento na constituição do território e o resgate da identidade cultural dos povos de Jaíba. Existem vários estudos sobre diversas comunidades quilombolas que foram reconhecidas no Norte de Minas, como por exemplo: quilombo Brejo dos Crioulos (Costa, 1999); quilombo dos Gorutubanos (Costa Filho, 2008), quilombo da Lapinha (Araújo, 2010; Jorge, 2012).

O embasamento teórico se deu a partir de leituras de textos do antropólogo João Batista Almeida Costa (1999, 2005) que trata do grande território negro da Jahyba. E leituras feitas a partir das obras de Ecléa Bosi (1994; 2003) que trata da memória de velhos, como trabalhar memória oral. E outros como: Jorge (2012); Cunha (2010); Bauer e Gaskell (2013); Costa Filho (2008), Ratts (2000).

Costa (2005) destaca que a malária era uma das barreiras encontrada pelos africanos para se refugiar nos quilombos ao longo do vale do Rio Verde Grande. Por isso os bandeirantes utilizaram o termo Jahyba – palavra tupi-guarani que quer dizer “água ruim, água suja” para denominar este território, devido à vegetação e as lagoas que se formavam, sendo um lugar propício para a epidemia da malária. Os colonizadores não sabiam lidar com a doença e por isso, ao chegarem ao vale do rio Verde Grande logo saíram e foram povoar o vale do rio São Francisco. (Costa, 2005).

Geralmente ouço falar: “Jaíba não tem identidade, não tem cultura própria. As pessoas que moram aqui vieram de fora.” E conta-se que Jaíba surgiu a partir dos projetos do governo, tais como: a chegada do Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA) depois veio a ser o Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA) em 1950. E durante a ditadura militar foi criado em 1966 pelo governo estadual a Fundação Rural

Mineira (Ruralminas) ainda presente em Jaíba. A Ruralminas continuou o processo de colonização e expropriação. Expropriou muitos posseiros e famílias tradicionais de suas terras ocupando fazendeiros no lugar.

E os povos que aqui viviam? Como foram tratados por esses projetos de colonização? Para onde foram os habitantes deste território? Que lugar ocupou na sociedade? Na história oficial do município os fundadores de Jaíba são os que aqui chegaram entre as décadas de 1950 a 1970. As ruas da cidade, escolas receberam nomes dos trabalhadores dos órgãos acima citados. E os povos tradicionais que lugar ocupou nestes processos de mudanças? Quais os impactos sofridos pelas comunidades do rio Verde Grande com a chegada dos projetos de colonização do sistema capitalista? São muitos os questionamentos que não cabe aqui tratar de todos eles, mas de certa forma a história oral de vida irá trazer alguns elementos que possibilitaram diferentes olhares sobre esta realidade.

Como entra a história oral neste trabalho de pesquisa? A história oral dos povos tradicionais que viviam na comunidade Pau Preto e Barrinha possibilitarão um resgate histórico e cultural. Bosi (2003) trata com clareza e saber O Tempo Vivo da Memória - ensaios da psicologia social chamam atenção quando diz: “A memória oral é um instrumento precioso se desejamos constituir a crônica do cotidiano. Mas ela sempre corre o risco de cair numa “ideologização” da história do cotidiano, como se esta fosse o avesso oculto da história política hegemônica.” (Bosi, 2003 p. 15). Ainda diz que:

Os velhos, as mulheres, os negros, os trabalhadores manuais, camadas da população excluídas da história ensinada na escola, tomam a palavra. A história, que se apóia unicamente em documentos oficiais, não pode dar conta das paixões individuais que se escondem atrás dos episódios. A literatura conhecia já esta prática pelo menos desde o Romantismo: Victor Hugo faz surgir Notre Dame de Paris num quadro popular medieval que a história oficial havia desprezado. (Bosi, 2003 p. 15).

É importante quando estes sujeitos tomam a palavra, falam a partir de sua experiência, de sua existência. É o reconhecimento das culturas silenciadas e negadas ao longo da história. E a possibilidade destes se reconhecerem também como sujeitos da sua própria história e da história do Brasil, como é o caso dos povos tradicionais do Vale do Verde Grande em Jaíba. Segundo Bosi (2003 p. 16): “Do vínculo com o passado se extrai a força para formação de identidade”. É deste vínculo que nós, enquanto sujeitos sociais e históricos têm que garantir a releitura de nossa história e sua escrita para que

nossos filhos compreendam os processos pelos quais seus ancestrais passaram e porque ainda hoje há um silenciamento, uma negação da realidade dessas culturas.

Os sujeitos desta pesquisa são pessoas idosas que se dispuseram a contribuir por meio de fontes orais sobre a sua vivência no território da Jaíba. Relatam parte de sua história de vida, falam sobre o lugar onde nasceram e a forma como se deu o processo de expulsão das terras onde viviam coletivamente.

Capítulo 1 – O norte de Minas, o Vale do Rio Verde Grande e os povos

tradicionais.

O território norte mineiro ocupa uma área de 128.454,108 km² formada pela união de 89 municípios. A riqueza ambiental deste lugar consiste na composição da interpenetração dos cerrados, da Caatinga, da Mata Seca e da Mata Atlântica entre si. São estes quatro nichos ecológicos que conformam o norte de Minas como uma zona de transição ambiental caracterizado por Costa (2005).

Os povos tradicionais que habitam esse território possuem uma relação profundamente arraigada com a natureza. Esses povos se identificam com o seu ambiente, como os vazanteiros, barranqueiros, caatingueiros, geraizeiros, quilombolas, indígenas, veredeiros. (Costa, 2005). Cunha (2010) apresenta um quadro sobre “as gentes sertanejas: identidades e etnicidades ecológicas.” Apresenta as localidades e características destas gentes, seu trabalho foi baseado em Costa (2006). De acordo com Cunha (2010, p. 9), “povos de maior incidência na região são os quilombolas que emergiram como população tradicional a partir da Constituição de 1988. Articulação entre agricultura, criação de gado na larga, caça, pesca e extrativismo.”

De acordo com Costa (2005, p.11), “a diversidade é uma marca indelével na vida social e cultural norte - mineira.” Ao considerar o evento fundante do Norte de Minas (a chegada dos bandeirantes), ele convida a olhar a sociedade norte - mineira a partir de dentro. Para o autor, antes da chegada dos bandeirantes havia diversas sociedades indígenas que habitavam o território onde se localiza a sociedade norte mineira. Nelson de Senna (1926) apud Costa (2005) em seu livro sobre a terra mineira apresenta as sociedades indígenas que viviam nessa área, dentre elas:

os Abatirá, na margem direita do São Francisco; os Amoipira, que vindos de Pernambuco e Bahia se localizaram na margem esquerda; os Acoroá, que no século XVII vieram de Goiás para as margens dos rios Paracatu e Urucuia; os Bokeré, que viveram nas matas do Jequitinhonha, em sua margem esquerda, até fins do século XIX; os Kariri, que desceram do Ceará e em Januária se misturaram com os Kayapó, vindos do Mato Grosso nos anos 1720; os Catiguaçu, que viviam entre os rios São Francisco e o Jequitinhonha; os Catolés, situados entre o rio Pardo e Verde Grande; os Dendy, que se localizavam nas chapadas da Serra Geral; os Goiano; os Guayba, que viviam em ilhas do Rio São Francisco em frente à cidade de São Romão; os Kiriri, que desceram do Ceará após

derrota dos confederados e se localizaram na área entre a cidade de Januária e o Rio Urucuia; os

Kraó, vivendo no sertão do Urucuia; os Krixá, vindos de Goiás com os Xacriabás na segunda décadas do século XVIII, e que se localizaram nas margens do Urucuia; Os Pataxó, que faziam correrias entre os rios São Francisco e Jequitinhonha e depois dirigiam-se para o litoral; os Piripiri, que viviam na foz do Rio Gorutuba; os Rodela e os Tupinaen, que encontravam-se estabelecidos nas margens do Rio São Francisco. (Senna, apud Costa, 2005 p.11-12)

Conhecer as etnias indígenas que habitavam este território é de grande relevância para compreendermos nossa cultura e formação de nossa identidade. E quem sabe nos reconhecer enquanto povo indígena. Quase não se sabe sobre os modos de vida destas populações indígenas dessa região, por não ser estudadas por ninguém.

De acordo com Costa (2005 p. 13):

A historiografia paulista e baiana, por meio das quais é possível compreender a história raiz, da sociedade norte mineira, constituída com a chegada de bandeiras paulista, nos informa a existência de outra característica societária no interior da bacia do médio São Francisco: a presença de pequenos agrupamentos de africanos e seus descendentes que fugindo da escravidão deram origem aos quilombos. Nada mais além de se saber sobre a presença dos mesmos, porque deveriam ser exterminados, pode ser encontrado na documentação colonial.

Estudos apontam que desde o século XVIII existiam comunidades quilombolas na região do centro norte de Minas Gerais. De acordo com Costa Filho (2008, p.10),

O povo Gurutubano é quilombola e vive no vale do rio Gorutuba – no centro norte de Minas Gerais – desde o século XVIII, vitimado por um brutal processo de expropriação, deflagrado no século XX, mais precisamente nos anos 50, e intensificado com a chegada da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, a partir da década de 70.

O rio Gorutuba é afluente do rio Verde Grande. Segundo Costa Filho (2008), o povo gurutubano é numeroso e moram em 27 localidades ou grupos locais, situados nos municípios do centro-norte mineiro dentre eles, Pai Pedro, Porteirinha, Jaíba, Janaúba, Gameleira, Catuti e Monte Azul. De acordo com os meus levantamentos, os pais de alguns entrevistados nasceram na comunidade Jacaré - Gorutuba, onde hoje é reconhecido como Quilombo.

De acordo com Ratts (2000, p. 311) “Quilombo ou mocambo, no senso comum, é entendido como “reduto de negros escravos fugitivos”, ideia que se disseminou desde o

período escravista.” Segundo Moura apud Ratts (2000), esta ideia era a mesma do Conselho Ultramarino, órgão colonial responsável pelo controle patrimonial que, em 1740 considera quilombo como “toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles”. O conceito colonial sobre quilombo persiste até os dias de hoje.

Segundo Ratts (2000), desde a década de 1930 alguns estudiosos buscaram compreender os quilombos como fenômeno do passado, tendo Palmares como referência. Dentre estes, Edison Carneiro (1988), Roger Batiste (1970), Clóvis Moura (1981a) e Décio Freitas (1978). Ratts (2000) apresenta outros intelectuais envolvidos com o “estudo da cultura negra” e a construção de uma identidade negra que “apresentam uma noção de quilombo que é correlata das formulações empreendidas no âmbito do movimento negro e tentam aplicá-las aos seus estudos e reflexões”. Autores como Abdias Nascimento, Beatriz Nascimento, Lélia Gonzalez e Joel Rufino dos Santos.

Ratts (2000) apresenta uma definição de quilombo do historiador Joel Rufino dos Santos, em contraste com o mundo colonial. Esta definição vai ao encontro com a vida das comunidades estudadas.

(...) uma organização de camponeses livres, que cultiva a terra, que pratica a policultura, que não destrói a natureza, porque não tem necessidade disso, e que é homogêneo, relativamente homogêneo, em que a distância entre os que mandam e são mandados é muito pequena, e mesmo quando existe, quando é grande, não é uma diferença de fortuna, é uma diferença de poder; não é uma diferença de riqueza, não é uma diferença de acesso às coisas boas que o grupo tem, o quilombo e a colônia são dois mundos contrastantes. (Santos apud Ratts, 2000, p. 313-314)

E é dessa forma que se organizavam as comunidades por aqui, nestas terras do norte de Minas às margens do rio Verde Grande. As famílias eram unidas, realizavam mutirões, eram criativos na sua convivência e nas celebrações da vida. Quando alguém tinha a roça que precisava capinar trabalhavam em forma de mutirão até a roça ficar limpa. E, à noite, faziam uma festa para comemorar a benfeitoria. (Sr. Ambrósio, 75 anos). A rapadura era dividida em partes e repassada para o vizinho. (D. Maria, 75 anos).

O Rio verde Grande é um importante afluente do Rio São Francisco, nasce no município de Bocaiúva/ Norte de Minas e deságua em Malhada/Sul da Bahia. Banha com suas águas trinta e cinco municípios, sendo 27 mineiros e 12 baianos. Este rio é um grande

parceiro dos povos e das comunidades tradicionais que habitaram e habitam as suas longas margens. É um rio importante para o norte de Minas, desde Bocaiúva vem banhando e drenando com suas águas o território fértil deste sertão Norte Mineiro.

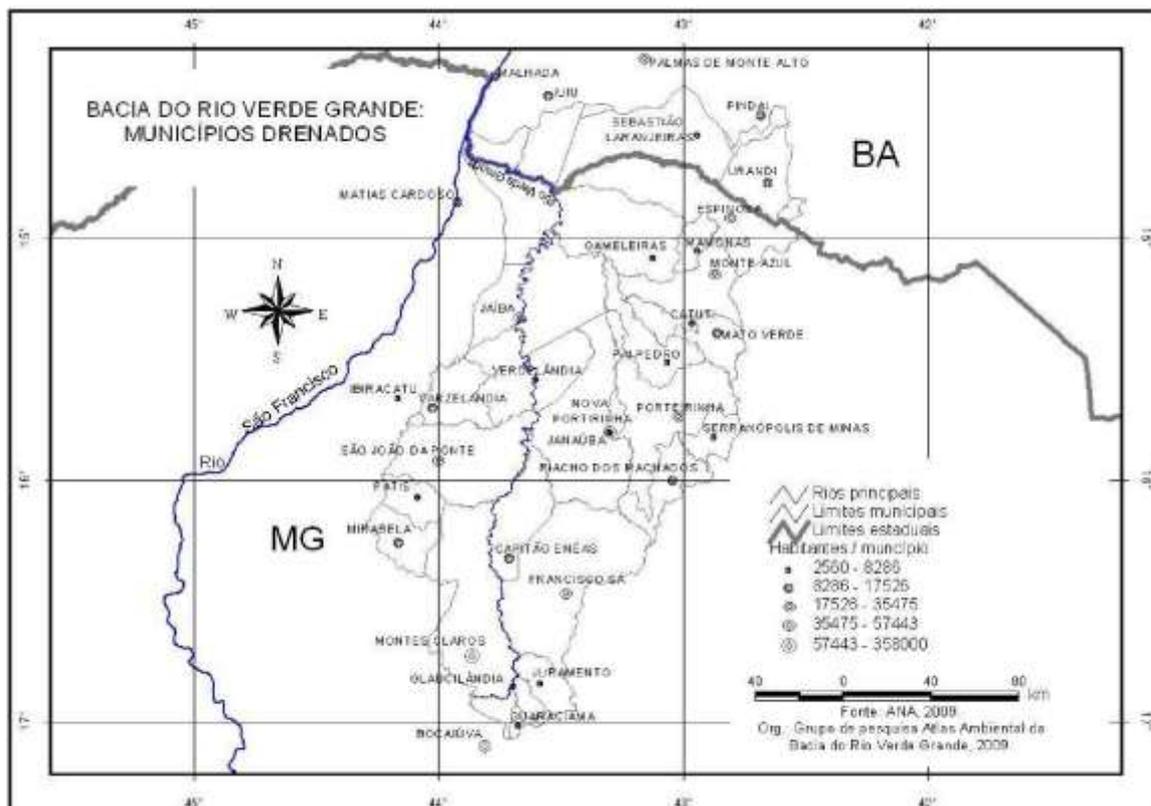
Conto uma história de um rio limpo, vivo e cheio de encantos. E, à beira deste rio, viviam pessoas alegres, felizes que viviam tempos de fartura, como se pode verificar nos depoimentos de alguns entrevistados: “Quando de tardinha alguém dizia: vou pescar! Podia colocar a panela no fogo que o peixe logo aí estava” (D. Oliva, 66 anos). “Os peixes eram vistos a olho nu.” (D. Felícia, 92 anos). A água era um verde transparente e o rio exalava um cheiro próprio, um cheiro das plantas, das ervas e das águas. D. Conceição acrescenta: “A terra era de quem quisesse nela morar” (Conceição, 82 anos), viver em liberdade e coletividade. Essa era a vivência dos povos tradicionais de Jaíba que viviam aqui há muitos anos. Pescavam o necessário para o sustento daquele dia. Nada de armazenar peixes. Todo dia se quisesse poderia comer peixes fresquinhos pescado na hora.

Atualmente, a realidade é bem diferente. O Verde grande está degradado, assoreado. “Meio vivo, meio morto”. Os povos também que viviam aqui foram expulsos, expropriados do seu território, desenraizados. De acordo com o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande, por meio do site eletrônico, ao caracterizar a bacia apresenta alguns dados sobre as principais causas de degradação e assoreamento do rio. As atividades econômicas baseadas na agropecuária, as pastagens extensivas que ocupam 63% do solo da bacia, a grande concentração de terra, os latifúndios, os projetos públicos e privados de irrigação. A irrigação é responsável por 85% do consumo de água da bacia.

A bacia apresenta um alto grau de concentração de terra, pois ao analisar a área ocupada pelos diversos estratos, verifica-se que as propriedades no estrato de 0 a 100 ha ocupam apenas 22% da área total da Bacia, enquanto as propriedades no estrato de 101 a 1000 ha ocupam 78% da área total da Bacia do Rio Verde Grande.(Comitê da Bacia do Rio Verde Grande)

Percebe-se o quanto precisamos avançar na consciência política e ambiental para uma melhor gestão dos nossos recursos, principalmente o recurso hídrico. A política hegemônica da destruição passa por cima de tudo e de todos, dos povos tradicionais, dos recursos naturais. A maior riqueza da humanidade são os seus povos e o seu ambiente de vida. É o território. Mais adiante falaremos da relação dos povos tradicionais de Jaíba com o Rio Verde Grande. Segue o mapa da Bacia do Rio Verde Grande e os municípios.

Mapa 1 – Bacia do Rio Verde Grande



Fonte: Vieira; Soares; Silveira; Magalhães (2011, p. 24-36)

De acordo Costa (2005, p. 14), “as condições ambientais deste vale foram propícias à fixação de africanos e de seus descendentes que fugiram da escravidão para instaurarem formas alternativas de resistência ao sistema social vigente no país, durante o período colonial e imperialista.”

O escravismo, de acordo Maestri (1994) arrancou cerca de 3 a 5 milhões de africanos, homens e mulheres, que foram trazidos da África para o Brasil. Foram 350 anos de escravismo. Segundo o referido autor (1994, p.5), “O Brasil foi um dos primeiros países americanos a conhecer a escravidão e o último a aboli-la. Até 1888, o escravismo foi o coração do Brasil. Pouco compreenderemos da história Brasileira se desconhecermos o nosso passado escravista.” É relevante tratar aqui da escravidão, porque os africanos vieram para o Brasil como traficados, como mercadoria. Em condições de desvantagem, de submissão e de violência. Vieram para ser vendidos para servir de mão de obra escrava,

nos engenhos, nas minas, nas fazendas de café. Isso tudo para atender aos interesses da família real de Portugal em produzir riquezas na colônia e transferi-las para a Corte.

Segundo Costa (2005) a compreensão da existência do território negro no vale do rio Verde Grande surgiu a partir da noção de “campo negro” desenvolvida por Flávio dos Santos Gomes (1999). E acrescenta: “Com o conceito de território negro ampliado quero informar a existência de um conjunto de localidades articuladas entre si, por meio de rede de relações sociais, sejam relações de parentesco ou de compadrio, sejam relações econômicas, culturais ou políticas.” (Costa, 2005, p.15).

De acordo com os levantamentos que fiz, constatei a existência dessa relação entre os povos tradicionais de Jaíba com os povos do quilombo do Gorutuba e Brejo dos Crioulos. Os mais velhos conhecem pessoas ou tem parentes nessas localidades.

“Mamãe nasceu em Jacarezinho (Gorutuba)”, (D. Conceição, 82 anos). “Minha mãe é gorutubana e meu avô era baiano”. (Sr. Ambrósio, 75 anos). “Eu aprendi o ofício (as orações) foi decorado. Aprendi com uma velha que tinha aqui no Brejo dos Crioulos chamava Joana de Virgem. Ela era rezadeira. Era pretinha. Era uma assistência muito boa para as outras mulheres, ensinava os jovens a rezar.” (Sr. José, 76 anos).

A vinda de pessoas de fora se iniciou a partir da década de 1950. Em 1954, foi criado o projeto oficial de colonização da Jaíba, o Instituto Nacional de Imigração e Colonização – INIC constituído em 1954 – Lei nº 2.163, de 5 de janeiro de 1954, no governo de Getúlio Vargas. O projeto oficial de colonização de Jaíba, segundo Costa Filho (2008, p. 56) é fruto desta lei que tinha como objetivo “traçar e executar, direta e indiretamente o programa nacional de colonização, tendo em vista a fixação de imigrantes e o maior acesso, aos nacionais, da pequena propriedade agrícola”. Sendo, o Projeto Jaíba um dos mais impactantes na região.

Em 1960 iniciou o processo de desterritorialização vivenciado pelas comunidades negras deste vale do Rio Verde Grande. Um passado recente, de situações não resolvidas que repercute ainda hoje na formação social, política e cultural do município de Jaíba.

Ao recordar e fazer memória de como as famílias que viviam às margens do rio Verde Grande foram tratadas pelas instituições estatais e fazendeiros durante o processo de colonização e expropriação fica evidente em que eles se basearam. Basearam na “Lei da Terra” e nos subsídios estatais que tinham como objetivo defender o interesse da elite.

Basearam-se nos “fundadores do pensamento social brasileiro sobre o sertão que definiram as balizas, os matizes e os contornos do que se compreendia ser brasileiro, e o lugar do negro na sociedade brasileira” (Costa Filho, 2008, p. 41). Basearam-se na invisibilidade das populações negras que habitavam a Mata da Jaríba.

No final de 1980, com a Constituição Federal do Brasil em seu artigo 68, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), houve o reconhecimento dos povos e comunidades tradicionais, como sujeitos de direitos. O artigo 68 do ADCT diz o seguinte: “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”. Estas conquistas são frutos de muitas lutas e reivindicações dos movimentos sociais.

Segundo Silveira (2013), “o estado Nacional deixou de ser reconhecido como socialmente homogêneo, para ser considerado pluriétnico e multicultural.” Aos povos e comunidades tradicionais foi-lhes assegurado o direito aos territórios, a preservação da cultura e demais direitos.

A Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, a OIT, da qual o Brasil tornou-se signatário em 2003, aumentou ainda mais os direitos constitucionais. A partir do acordo feito por meio da Convenção 169, foi criado o Decreto Nº 5.051, de 19 de abril de 2004 que promulga a Convenção 169. Posteriormente ao acordo, foi criado o Decreto Nº 4.887, de 20 de novembro de 2003 que “regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.” No dia 07 de fevereiro de 2007 foi criado o Decreto Nº 6.040, “institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.”

O Decreto Nº 6.040 diz o seguinte, no art. 3º inciso I, compreende-se por:

Povos e comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição

Em janeiro de 2003, foi promulgada a Lei 10.639. Segundo Santos (2009), esta lei foi “fruto da luta histórica do movimento Negro Brasileiro, as indicações contempladas pela Lei já apareciam no Congresso Nacional do Negro Brasileiro na década de 1950.”

A nova legislação representa conquistas importantes na luta por direitos, mas não constitui em si garantia de tais direitos. As comunidades tradicionais precisam estar mobilizadas e organizadas, para continuar resistindo e lutando para que seus direitos sejam respeitados e garantidos. O Brejo dos Crioulos é exemplo de luta aguerrida pela preservação e retomada de seu território, mas tem enfrentado desafios de diferentes ordens. (COSTA, 2008). O desafio de enfrentar o latifúndio e o poder da colonialidade. O Brejo dos Crioulos foi reconhecido como remanescente de quilombos desde 2003. (Costa, 2008). Na região do norte de Minas existem várias comunidades de quilombos reconhecidas, e outras ainda não reconhecidas. No município de Manga existem nove comunidades quilombolas reconhecidas desde 2006, mas, ainda não receberam a titulação das terras e ocupam apenas pequena parte do seu território. O quilombo do Gorutuba em Jaíba não recebeu a titulação de suas terras. De acordo com os levantamentos desta pesquisa o povo tradicional de Jaíba que moravam na Linha Beira Rio, no perímetro do centro do município no sentido Gado Bravo foi expulso de suas terras. Mais adiante trataremos do enraizamento desse povo e do processo de desenraizamento do seu território e territorialidades.

Capítulo II – Memória social e o enraizamento dos povos tradicionais de Jaíba

Neste capítulo o foco é desenvolver nossa construção teórica metodológico. A memória social dos povos tradicionais de Jaíba e o enraizamento desse povo ao lembrar-se da vivência no seu território. Ao realizar as entrevistas percebi um sentimento de pertencimento, de enraizamento. As pessoas recordavam trazendo elementos da sua história de vida, amarrada numa vivência coletiva. Para Simone Weil (apud BOSI, 2003) o vínculo com o passado deveria ser um direito humano de sobrevivência. E diz:

O enraizamento é talvez a necessidade mais importante e mais desconhecida da alma humana e uma das mais difíceis de definir. O ser humano tem uma raiz por sua participação real, ativa e natural na existência de uma coletividade que conserva vivos certos tesouros do passado e certos pressentimentos do futuro. (Weil, apud Bosi (2003 p. 175).

Nesta perspectiva desejo contribuir com este trabalho sobre os povos tradicionais de Jaíba e trazer sua memória e vivências ao longo dos anos às margens do rio Verde Grande. Desejo de que este povo seja reconhecido, valorizado e seus direitos respeitados. Desejo de que as escolas despertem para a busca, para a investigação da história oral de vida do nosso povo.

Bauer, Gaskell e Allum (2013) em seu livro Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som – um manual prático traz contribuições importantes para a pesquisa qualitativa. Segundo (BAUER, GASKELL E ALLUM, 2013, P. 28) “um elemento essencial da atividade científica é “comunicar”, e isto implica persuadir os ouvintes que algumas coisas são importantes e outras não. A persuasão nos leva à esfera tradicional da retórica como “arte de persuadir”. Consideram “a pesquisa social científica como uma forma de retórica com meios e normas específicas de engajamento.” (BAUER, GASKELL e ALLUM, 2013, p.28). E apresentam três elementos básicos que fazem parte da análise retórica, os três “mosqueteiros” da persuasão: o *logos*, o *pathos* e o *ethos*. De acordo com Bauer, Gaskell e Allum (2013, p.28):

O *logos* se refere à lógica do puro argumento, e os tipos de argumentos empregados. O *pathos* se refere aos tipos de apelo e reconhecimento dado a audiência, levando em consideração a psicologia social das emoções. O *ethos* abrange as referências implícitas e explícitas na situação de quem fala, que estabelece legitimidade e credibilidade no falar o que está sendo dito.

Segundo os autores acima citados esta perspectiva apresenta diferentes implicações úteis para o nosso problema de pesquisa. 1 - O sentimento de liberdade ao considerar “a metodologia da pesquisa social como o meio retórico, através do qual as ciências sociais podem reforçar sua forma específica de persuasão.” 2 - Libertar-nos do “obscurcimento epistemológico que pesa sobre as discussões dos métodos, e concentrar em desenvolver comunicações verossímeis, dentro das regras do jogo científico.” 3 – “Tratar a pesquisa quantitativa e qualitativa de modo igual, a partir de pressupostos.” 4 – “a retórica se desenvolve no contexto do falar e do escrever públicos, o que nos lembra que o método e o procedimento constituem uma forma de responsabilidade pública para a pesquisa que necessita ser exercida à altura”. E por fim, “o ideal científico não é perdido, mas preservado, a partir de uma motivação coletiva para se construir e conservar esta forma específica de persuasão científica.” (BAUER, GASKELL e ALLUM, 2013 p.28). São contribuições importantes vem fortalecer a autonomia da pesquisa qualitativa.

De acordo com Lang (1995, p. 34) existe um consenso ao dizer que “História Oral é um trabalho de pesquisa, que tem por base um projeto e que se baseia em fontes orais, coletadas em uma situação de entrevista.” Nos demais aspectos ao configurar História oral as posições se divergem e a obtenção dos dados é feita de formas variadas.

Segundo Lang (1995, p. 34) “As fontes orais podem assumir a forma de histórias orais de vida, relatos orais de vida ou de depoimentos orais, tendo, as duas primeiras, sua referência na própria vida e na experiência do narrador e, a última, em fatos que presenciou ou sobre os quais detém informações.” As diferenças entre estas formas são as seguintes: “A história oral de vida é o relato de um narrador sobre sua existência através do tempo”. Dos quais são relatados, acontecimentos, experiências e valores transmitidos, a par dos fatos da vida pessoal. O relato oral de vida seria “uma forma menos ampla e livre”, do narrador ao ser solicitado que aborde determinados aspectos de sua vida. E o depoimento oral, “quando se busca obter dados informativos e factuais, como o testemunho em determinadas situações”. (LANG, 1995).

De acordo com Bosi (1994, p.55)

(...) lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado. A memória não é sonho, é trabalho. A lembrança é uma imagem construída pelos materiais que estão, agora, à nossa disposição, no conjunto de representações que povoam nossa consciência atual.

Goethe apud Bosi (1994) já sinalava em Verdade e poesia: “Quando queremos lembrar o que aconteceu nos primeiros tempos da infância, confundimos muitas vezes o que se ouviu dizer aos outros com as próprias lembranças...”. Daí segundo Bosi (1994, p. 59), “o caráter não só pessoal, mas familiar, grupal, social, da memória”. Ao realizar as entrevistas os entrevistados falavam de uma experiência coletiva e não uma experiência individual. Vejam por exemplo, quando o Sr. Ambrósio (75 anos) lembra das atividades que eles desenvolviam na família e comunidade.

Plantava uma roça dava de tudo. Nós plantava milho, feijão, mandioca, abóbora, melancia, arroz. A roça de arroz é bonita. O arroz era gostoso. Casa de farinha algum que tinha. Os mais fracos tirava farinha no ralo. Torrava a farinha. Eu tenho um ralo aí. Esta daí (a esposa dele) era vaqueira e farinheira. Tirava leite, era vaqueira. E fazia farinha. As mulheres apanhava água no rio, varria o terreiro, cuidava dos filhos, pilava no pilão. Os homens trabalhava na roça, o dia inteiro. Tinha que olhar o gado no mato. A roça era cercada e o gado criado no mato.

E também contou que quando alguém tinha uma roça que precisa limpar, os homens reuniam e capinavam a roça. O dono da roça não podia ir à roça, porque senão era preso. O beneficiado devia matar um porco ou gado e servir a comida para os trabalhadores. As mulheres cuidavam de preparar a comida e levar em gamelas para os homens na roça. E a noite eles faziam o batuque e serviam fritos com farinha para todos. Este mutirão eles davam o nome de roubo. Porque segundo seu Ambrósio eles roubaram o porco do dono da roça. Durante a capina eles cantavam e faziam a festa depois do serviço pronto.

2.1 - A pesquisa: sujeitos e metodologia

Os sujeitos desta pesquisa são pessoas idosas que nasceram no território do vale do Rio Verde Grande no município de Jaíba nas décadas de 1920 e 1930 do século XX. A composição do grupo de entrevistados foi acontecendo gradualmente a partir dos contatos e conversas que fomos tecendo ao longo da pesquisa com pessoas que viveram próximos a esta comunidade de referência que é o Pau Preto. Foram entrevistadas cinco pessoas idosas, dentre elas três mulheres e dois homens. O procedimento utilizado foi o relato oral de vida dessas pessoas. Aos mais velhos foram feitas perguntas tais como: onde viviam como viviam o que faziam, e por que saíram das terras onde nasceram e cresceram.

Outro procedimento adotado foi o depoimento oral de filhos ou parentes dos entrevistados para se obter dados informativos sobre a vivência do processo de expropriação das terras que eles sofreram na década de 1960. Foram organizados dois grupos: um com pessoas que nasceram no território da Jaíba nas décadas de 20 e 30 do século XX. E outro com pessoas que também vivenciaram junto com seus pais os processos de expropriação de suas terras. No segundo grupo os informantes foram duas mulheres e um homem.

2.1.2 – Apresentação dos sujeitos da pesquisa e seu enraizamento

Conforme orientação, decidimos substituir os nomes reais dos entrevistados por fictícios para a “garantia do anonimato e o sigilo das informações, assegurando o uso das mesmas somente com fins acadêmicos”. (Cunha, 2010). Segue abaixo a apresentação dos entrevistados.

1º Grupo:

1. D. Felícia Cardoso dos Santos, tem 92 anos, nasceu em 1922 num lugar chamado Ariá, às margens do rio Verde Grande no município de Jaíba. Morou em vários lugares a beira dos rios Verde Grande e Gorutuba. Seus pais eram agricultores, coletores de alimentos, pescadores e caçador. É a primeira dos 10 irmãos. O avô materno de D. Felícia era índio e a avó ex-escrava por parte de mãe. Perderam as terras de seus avós maternos para os fazendeiros, alegavam na época que eles não haviam pagado impostos das terras. A entrevista com D. Felícia foi realizada na casa da neta em Jaíba no dia 10/12/13.
2. D. Conceição Maria de Jesus, tem 83 anos, nasceu em 1931, num lugar chamado Rancho de Casca às margens do rio Verde Grande no município de Jaíba. Sua mãe nasceu em Jacaré, atualmente quilombo do Gorutuba. Seus pais viviam da agricultura de subsistência, da pesca e caça. Mãe de dez filhos e apenas cinco vivos, os outros morreram recém-nascidos. Sua família foi expulsa das terras onde vivia com o sogro em Seriema. A entrevista com D. Conceição foi realizada nos dias 19/01/2014 e 22/04/2014.

3. D. Maria Bispo Miranda, tem 76 anos, nasceu em 1938, num lugar chamado Abóbora, às margens do rio Verde Grande em Jaíba. Seu pai nasceu em Rancho de Casca. Sua mãe faleceu quando D. Maria ainda era menina. Seu pai formou nova família e teve 14 filhos do primeiro e do segundo casamento. Quando viviam em Seriema foram expulsos das terras pelos fazendeiros que diziam serem donos do lugar. A entrevista com D. Maria foi realizada nos dias 20/01/2014 e 01/06/2014.
4. José Miranda Neres tem 76 anos, nasceu em 1938, em Barrinha comunidade rural de Jaíba. Seu pai nasceu na Seriema e era vaqueiro. Sr. José nasceu e cresceu na Barrinha. Morou em São Paulo por seis anos e meio quando era rapaz e voltou para Barrinha, constituiu família e ainda tem suas terras neste lugar. Foi expulso, mas resistiu e não saiu das terras. Brigou na justiça para manter-se no lugar e ganhou a causa. A entrevista com o Sr. José foi realizada em 04/06/2014.
5. Ambrósio Lidogário da Silva tem 75 anos, nasceu em 1939, num lugar chamado Barreirinho às margens direitas do rio Verde Grande em Jaíba. Nasceu e cresceu neste lugar, após seus vinte anos, ele e seus familiares foram expulsos das terras onde moravam pelos fazendeiros. A entrevista com o Sr. Ambrósio foi realizada nos dias 20/01/2014 e 19/06/2014.

Nos relatos produzidos, percebemos o quanto os entrevistados se prendiam a memória da vivência, dos costumes, da cultura, do jeito como levavam a vida naquele lugar. O lugar, o território é muito importante para estas pessoas. Elas lembram com detalhes. Os lugares recebiam nomes diversos, ora de animais ora com as características ambientais. A partir dos relatos foi emergindo uma cartografia social daquele povo. Durante a pesquisa listei os nomes dos lugares que aqui existiam, antes da chegada do processo de colonização da Jaíba. São alguns deles: Rancho de Casca, Arrozal, Seriema, Baixa da Coã, Camiso, Barreirinho, Barra, Barrinha, Pau Preto, Lagoa São Domingo, Abóboras, Capão, Baixa do Pacú, Jipapeiro, Ariá, Cabeça da Onça. Estes lugares se localizavam em torno do rio Verde Grande e neles habitavam as famílias. Os informantes vão fazer memória deste território onde eles nasceram, cresceram e viveram parte de suas vidas.

2.2 - Depoimentos orais

Os depoimentos orais respondem a pergunta de corte do problema, são contribuições de filhos e parentes dos sujeitos que fizeram parte do 1º Grupo.

2º Grupo:

1. Cristina Maria de Jesus tem 53, nasceu em 1961, num lugar chamado Seriema às margens direita do rio Verde Grande em Jaíba. Com idade de cinco anos viu sua família sendo expropriada de suas terras. A entrevista com Cristina foi realizada no dia 29/06//2014.
2. Joana Moura Miranda tem 69 anos, nasceu em 1944, num lugar próximo à Lagoa São Domingo onde hoje é a “fazenda do alemão”. Trabalhava com o barro e produzia utensílios para uso doméstico. A entrevista com Joana foi realizada no dia 29/06/2014.
3. Arnaldo José Cardoso tem 56 anos, nasceu em 1958, num lugar chamado Seriema às margens direita do rio Verde Grande em Jaíba. Aos 12 anos foi expulso das terras de seu avô, junto com seus familiares. A entrevista realizada com Arnaldo foi realizada no dia 08/12/2013.

2.3 - Memórias dos povos tradicionais de Jaíba e os processos de desenraizamento

Jaíba é uma palavra de origem tupi-guarani (Jahyba) que quer dizer água ruim, “água podre”, “água má”, lugar de difícil acesso e esquisito e, “brenhas do mato”. De acordo com Costa (2005), estas denominações dadas pelos bandeirantes queriam informar a existência da malária em toda a extensão do vale do rio Verde Grande.

O município de Jaíba foi criado pela Lei estadual nº 10.784 de 20 de janeiro de 1992. É uma jovem cidade considerando o tempo de emancipação. Antes Jaíba era fronteira de dois grandes municípios, Monte Azul e Manga. A história oficial de Jaíba conta os primeiros habitantes que ali chegaram foram os japoneses e nordestinos, eles faziam parte do Plano de Reforma Agrária iniciado pelo governo federal em 1949 com implantações de colônias na região, tendo em vista colocar em prática o projeto de irrigação.

Não foi possível ter acesso a registros que tratam da história de Jaíba. Há escassez de material bibliográfico acerca do lugar. A nossa história ainda está por ser escrita. Há

uma dissertação defendida em 1983 que trata do seguinte tema: Jaíba – expropriação e colonização, de autoria de Wanda Caldeira Brandt Monteiro. O link da pesquisa não está disponível e, infelizmente, não foi possível fazer uso do material que poderia enriquecer este trabalho. Em função da ausência de fontes documentais escritas sobre a história dos povos tradicionais de Jaíba, os depoimentos orais são fontes importantes na elaboração desta pesquisa.

Quem são os povos tradicionais de Jaíba? Onde viviam? O que faziam? Qual era sua identidade?

O que surge nos relatos orais é a importância do território, o lugar onde estas pessoas teciam suas relações e criavam seu modo de vida. Todos entrevistados vão falar dos lugares onde nasceram, como viviam e o que fazia naquele tempo. D. Felícia fala onde nasceu quem são seus pais e o que faziam, como destacado no trecho transcrito a seguir:

Eu nasci num lugar chamado Ariá, na beira do Rio Verde Grande. Eu nasci na volta do rio verde pelo rumo da Jaíba, no município da Jaíba O lugar onde eu nasci é de nome Ariá perto da passagem da Vereda. Meus pais, não tenho o que falar não. Meu pai trabalhava na roça, era caçador. Nesse tempo passava uns tempos ruim para a gente. Procurava pea no mato para dar comida para nós. Assim que era a luta. Plantava roça. Colhia muito mantimento naquele tempo, muita coisa. Sempre nas águas era um faturão. Vivia daquilo. Não é que nem hoje que tem tudo na mão. Pisava milho no pilão, fazia farinha, mingau , cuscuz, beiju. Do milho fazia tudo. As panelas que a gente cozinhava eram de barro. Do barro fazia prato, cuscuzeiro, urinol, torradeira. Eu fazia muita panela e vendia também. O cachimbo quem fazia era minha irmã. Eu só enrolava o barro. (D. Felícia, 92 anos).

D. Felícia conta como era a vida dela e de sua família, a lida diária de produção de bens para o consumo e sustento da família. Eles cultivavam suas roças, pescavam, caçavam e produziam vasilhas de barro, teciam pano de algodão para confecção de suas roupas e cobertores. E fala como os alimentos eram processados manualmente. O pilão era bastante utilizado no processamento dos alimentos, como milho, arroz, café. Do milho pilado se fazia o mingau, o cuscuz, a canjica. A relação com o ambiente era fundamental na produção da própria existência.

D. Conceição recorda do lugar onde nasceu e dos vários outros por onde viveu. Estes lugares estão localizados na mesma região do Vale do rio Verde Grande na Jaíba. Ao relatar sobre onde nasceu e viveu ela diz:

Eu nasci aqui mesmo na beira do rio verde. Meu nome é Conceição tenho uma irmã viva. Meus pais se chamavam Jacinto e minha mãe Josefa. Papai nasceu num lugar chamado Iramão e mamãe nasceu em Jacaré (Jacarezinho) no Gorutuba. Eu nasci num lugar chamado Rancho da Casca. Antigamente os nomes dos lugares eram diferentes. Camiso é onde eu morei. Ali era bom demais. Tinha fartura. Casa de farinha. Era mais bom. Eu fui criada na Barrinha Velha, quando eu saí do Rancho de Casca eu estava com cinco anos. Tinha muita gente. Meu avô, padinho Norato morava no fundo de casa. Minha avó Cristina morava no carrasco. Minha vó a mãe de mãe nasceu em Jacaré. Onde hoje é Gurutuba. Primeiro nós morava em Rancho de Casca, e saímos e fomos morar numa fazenda em Barrinha. Papai trabalhava na fazenda de Nucenso. Nucenso tinha muito gado. Toda semana ele vendia um curral de gado. Saímos da fazenda e fomos morar em Camiso. Era um lugar que não tinha nada. Só tinha pau. Papai chegou roçou e fez o lugar da casa. Papai morou muito tempo em Camiso, morreu lá. (Conceição, 83 anos)

D. Conceição se lembra dos familiares e da relação de afeto que existia entre eles. E fala de um tempo de fartura, da casa de farinha e de um tempo de grande mobilidade no território do vale do rio Verde Grande. Os familiares maternos de D. Conceição vieram do Gorutuba, território quilombola reconhecido. A partir dos relatos pôde-se perceber que muitas famílias dos povos tradicionais de Jaíba vieram do Gorutuba, outros do Brejo dos Crioulos e outros do Sul da Bahia. Essas famílias têm grau de parentesco e de compadrio entre eles.

O Sr. José também conta sobre o lugar onde nasceu. Vale destacar que todos contam com muito entusiasmo sobre o seu lugar de origem. Ele diz: “Eu nasci e criei na Barrinha”. (José, 76 anos). A filha do Sr. José acredita que a idade dele esteja errada, pois os documentos foram feitos depois dele adulto e acha que a data de nascimento não corresponde, ele aparenta ter mais idade. O Sr. José não está bem de saúde, está debilitado. Segundo depoimentos do Sr. Ambrósio e D. Conceição, numa tentativa de expulsão das terras por um fazendeiro o Sr. José teve seus pertences jogados embaixo de um tamboril no centro de Jaíba. Este fato eu recorde. Foi algo que me marcou muito.

O Sr. José e D. Maria são moradores da comunidade Barrinha, comunidade que faz parte da zona rural do município de Jaíba. Recentemente eles sofreram um grande impacto com a atitude de um fazendeiro local que os proibiu de continuar realizando suas rezas na igreja N. S. Aparecida, localizada nas terras desse fazendeiro. Conforme informaram, o terreno da igreja foi doado pela antiga moradora D. Arlinda, e, em 1967 foi construída a igreja da comunidade. Segundo Sr. José, D. Arlinda doou meio hectare de terra para a construção da igreja. Naquele tempo o que era dito estava dito, ninguém

desfazia. Como disse D. Joana (68 anos), “o que um falava ninguém derrubava.” Por isso, eles nunca se importaram em registrar o terreno da igreja em cartório, por imaginar que com igreja ninguém mexe. “É coisa de Deus”. Conforme Sr. José.

Durante a entrevista com o Sr. José, mostrou-se agitado e nervoso. Disse que o que mais intriga seu coração é o fato de o fazendeiro ter derrubado parte da Igreja N. Senhora Aparecida e, no local onde era o cemitério da comunidade da Barrinha, ter construído um chiqueiro de porcos. Esta afronta ele disse não aceitar. Segundo ele, levou o caso a Promotoria em Manga, mas não obteve resposta favorável. A justiça alega que o terreno não foi registrado em cartório, não tem como provar que é da Igreja Católica. O Sr. José fala com pesar e carregado de sentimentos ao falar sobre esse assunto.

A terra da Santa era meio hectare. Eu era o comandante da Igreja, eu era o chaveiro. O povo não ajudou. Ajudou foi o fazendeiro. Aquilo não é fazendeiro, aquilo é uma tentação. Aquilo é gente nada. Dói no meu coração. Eu tenho paixão por isso porque fui eu que fiz, eu que levantei aquela igreja. Lavrei a madeira de machado com estas mãos. Eu ganhei um dinheirinho, mas eu ajudei na parte que pude. Este indivíduo fazer isto por desaforo e não achar lei para ele. É um monstro.

O Sr. José e D. Maria não souberam dizer quando foi que este fato aconteceu precisamente. Mas pelo que se sabe foi em meados de 2000. O Sr. José não apresentou os documentos sobre o processo judicial porque ele não estava em sua casa. Está morando com sua filha, até se recuperar. Sobre as orações ele diz:

Nós rezava era bastante. Um bendito continuado e oferecia. Agradecia primeiramente Deus Pai, Deus Filho, nossa mãe Maria Santíssima. Para depois o povo beijar e entregar o altar ao Santo. Eu gosto do batuque. Minhas caixas estão lá. Eu não posso pular, mas posso cantar. Eu gosto do batuque até hoje. Meus companheiros morreram. Naquele tempo o povo de Ingazeira trazia frito, um golinho para dar o povo e amanhecia o dia. Chegou a tentação e acabou com a Igreja. O povo do lugar acompanhou o indivíduo. Eu levei muitas vezes na justiça. (Sr. José, 76 anos).

O Sr. José sente muito pelo ocorrido, e percebi que este acontecimento mexeu com sua estrutura física e psíquica. Ele mesmo diz que dói seu coração. Ele acredita que ainda exista justiça para este caso da Igreja da Barrinha.

A D. Maria no primeiro contato em preparação para a entrevista relatou esse fato ocorrido na comunidade. Ela conta que os moradores juntaram e compraram material para fazer a

reforma da igreja. De acordo com o relato, ela e o filho estavam juntos no local no intervalo do almoço, os outros ajudantes da reforma tinham ido para casa almoçar. Nesse momento chegaram dois policiais de Matias Cardoso a mando da dona da fazenda. Segue abaixo, o relato de D. Maria sobre o caso:

O fazendeiro desmantelou a Igreja de Nossa Senhora Aparecida. Depois que ele desmanchou nunca mais ele teve saúde. Um dia nós estava lá, a igreja tava muito ruim o Sr. José reuniu nós tudo para comprar o material, o cimento (o piso) estava todo rachado. Nós arrancamos tudo e estava pegando a areia. A mulher do fazendeiro chamou a polícia de Matias e trouxe aí. Falei com meu filho é vem à polícia ali. Ele disse: nós não estamos roubando nada de ninguém. E o Sr. José mora onde? O Velho José chorou. O velho conversa com mão assim, eles disseram abaixa a mão o velho não abaixou. Olha lá vocês ficam aí quando eu voltar eu quero achar vocês aí. Eu falei eu não vou para lugar nenhum. Eu não estou roubando. Quando eles voltaram eu disse: A dona desta Santa chamava Arlinda. Nós estamos aqui é porque os rezadores acabou tudo e nós é que estamos aqui rezando. A polícia disse: “Quando eu voltar eu não quero achar vocês aqui não. Se eu achar vocês aqui eu levo vocês”. Eu disse: não tenho precisão de roubar terra não. Eu tenho minha terra lá em cima. Ó lá, ó, minha terra fica lá. (D. Maria, 75 anos).

A Igreja Nossa Senhora Aparecida fica na comunidade da Barrinha, antiga Barrinha Velha, foi construída em 1967 pelo Sr. José. Conforme os relatos, o terreno foi cedido pela D. Arlinda e seu marido. A comunidade há mais de 40 anos se reunia para rezar o ofício, cantar o terço e dançar o batuque.

O Sr. Ambrósio também fala de seu lugar de origem e da sua família.

Eu nasci num lugar chamado Barrerinho. Nasci e criei lá, depois com 20 poucos anos eles (os fazendeiros) chegaram e disseram aqui é meu. Nós saímos de lá sem direito a nada. Era perto de Seriema. Nasci em 1939. Tenho 75 anos. Nós era nove irmãos. Eu sou o irmão mais velho. Meu pai chamava Jacó e mãe Jacinta. Meus tios, minhas tias moravam perto dali. Eram muitos tios. A casa cada um tinha a sua. A casa era feita de vara com barro. O esteio e a linha eram de aroeira, depois as varas e o barro. Cobria a casa com casca de Pau d’arco e palha.

O Sr. Ambrósio se lembra do tempo em que vivia no território onde nasceu e cresceu. E quando estava com seus vinte poucos anos foi arrancado brutalmente de seu lugar de vida. Chegaram pessoas que diziam que aquelas terras pertenciam ao Coronel Moacir José da Silva de Monte Azul, e que aquelas terras tinham sido vendidas para um Sr. Guido Amaral. Ele disse: “nós saímos sem direito a nada”. E aconteceu este mesmo processo de expropriação da terra com várias famílias que viviam naquele território.

Nessa mesma época, D. Conceição e sua família foram expulsas das terras que pertencia a seu sogro. Seu filho conta que seu avô paterno tinha a escritura da terra. Aconteceu que um político influente da região de Salinas, tomou posse dos documentos da terra de seu avô, foi ao cartório e reduziu a extensão da terra. Segundo o depoente o político de Salinas passou as terras para seu filho, que acabara de chegar dos Estados Unidos. Estivera lá para estudar. E ele conta que foi por meio deste político que os salinenses vieram para a Jaíba na década de 1950.

Um estudo sobre a vinda dos salinenses para Jaíba seria muito pertinente. Conheci uma senhora por nome Joana, não a entrevistada. Ela me disse que veio de Salinas a pé. Ela e sua família. D. Joana é parteira e diz que já pegou mais de mil crianças. Ela era posseira e foi expropriada pela Ruralminas. Em Jaíba aconteceram vários processos de expropriação em diferentes momentos.

De acordo com Castro apud Costa filho (2008), a versão da Ruralminas é a de que as terras da Jaíba eram devolutas, e sua função era a de legitimá-las. E sua chegada na região trouxe muitos conflitos de terras. Como aparece na entrevista, realizada por Castro durante sua pesquisa de campo em 1978, obteve a seguinte informação: “... nas terras do Jaíba incendiaram casas, passaram com trator em cima. Tem família aqui que tinha até título de propriedade e perdeu tudo...” (CASTRO, 1982 apud COSTA FILHO, 2008).

A filha de D. Conceição tinha cinco anos de idade quando tiveram que sair das terras. E ela recorda do trabalho que seu pai tivera para fazer o quintal cercado com madeira e em pouco tempo tiveram que sair e deixar tudo. Cristina (53 anos) recorda o seguinte:

Meu pai tinha feito um quintal muito bonito todo de madeira de aroeira em pé. Deixou dois pés de árvores: um pé de umbu e umburana, com uma sombra boa para a gente brincar debaixo. Isso durou uns três meses mais ou menos. Tinha a passagem para o rio e a porteira da frente. Um dia chegou uns homens colocaram fogo nas mangas, fizeram muita fumaça e disseram que nós tínhamos que mudar de lá. E nisso nós saímos e fomos morar no terreno de meu avô materno. Nossa mudança foi no carro de boi. Atravessamos o rio, acampamos em baixo de dois pés de umbu enormes até meu pai fazer a nossa casa. A casa era perto do rio. Onde a gente apanhava água, lavava roupa e tomava banho. D. Maria Bispo também fora expulsa das terras de Seriema juntamente com seu esposo e filhos. Ela diz o seguinte: “Nós mudamos das Abóboras e fomos para Seriema.

Lá tiraram nós das terras e nós viemos para cá (Barrinha).” Ela disse que atearam fogo nas roças e numa casa de um Senhor que morava na Seriema.

O Sr. José também foi expulso num período posterior a esse de 1960, ele foi expulso na década de 80. Porém resistiu brigou na justiça para ficar em suas terras. Teve seus bens despejados embaixo de um tamboril no centro do povoado de Jaíba. Deixou lá para que o tempo encarregasse de consumir. E este fato foi exemplo de resistência e de coragem daquele senhor que enfrentou os poderosos da época. Os seus pertences jogados fora deram visibilidade aos processos brutais de desenraizamento que este povo vem sofrendo ao longo da história.

Arroyo (2012, p. 201) em seu livro *Outros Sujeitos, Outras Pedagogias* – diz que uma das formas mais brutais de opressão inclui o desenraizamento “a expropriação da terra, dos meios de produção de vida, dos territórios e espaços de reprodução de suas identidades culturais coletivas.”

Enfraquecê-los como coletivos. Manter esses coletivos sem terra, sem teto, sem território, sem lugar de produção de sua vida, de sua cultura tem operado em nossa longa história como o mecanismo “pedagógico” mais brutal de negar-lhes o direito à vida, à cultura, a reproduzir seus valores e linguagens, suas memórias e história. (ARROYO, 2012 p. 201).

Os povos tradicionais de Jaíba sofreram e ainda sofrem com os processos de colonização e expropriação. Há alguns anos sofrem com o desenraizamento e com a perda do seu território e suas territorialidades.

A comunidade Pau Preto era o lugar de encontro dos povos tradicionais de Jaíba. Nesta comunidade existe apenas uma casa de um morador antigo. As outras casas são de pessoas que vieram de fora e tomaram posse das terras, seja por compra por valor simbólico ou terras que foram cedidas através da Rural Minas. No mês de Junho o povo celebra a festa de Santo Antônio, festa tradicional do lugar. Sobre quando foi criada a capelinha de Santo Antônio, ninguém sabe dizer. Eles dizem que seus pais e avós freqüentavam a igreja desde pequenos. O Sr. José diz que “a igreja do Pau Preto é trem sem fim. É mais velha do que eu muitos anos. Desde que meu pai era menino já existia a Igreja.” A Igreja continua de pé, e pessoas da comunidade a conserva. O cemitério que fica ao lado foi desativado.

D. Conceição (82 anos) recorda das festas e procissões realizadas na comunidade Pau

Preto, “nós rezava muito, acompanhava a procissão, terminava as rezas na Igreja. O Padre ia dizer a missa. Nós rezava, dava de comer. Trazia nas buracas. Matava porco, fritava e mexia na farinha todos comiam. O batuque era a noite toda até o dia amanhecer.”

Sobre a capelinha do Pau Preto D. Maria (75 anos) diz:

Quem era dono da igreja do Pau Preto era o velho Manezinho, dona Joana e o Sr. Duvijo. Eles não gostavam que dançasse baile. Naquela igreja batucava a noite inteira, chegava ficar um buraco no chão. Os noiteiros quando era um homem e uma mulher, o homem dava um corte de vestido para a mulher e a mulher presenteava o homem com uma brevidade. Matava porco e fazia as gamelonas de frito para dar para o povo. Vinha gente de longe, gente de Amargoso, alguns gorutubanos, finado Ti Atônio velho. A velha Teresa cantava bonito.

Os mais velhos cuidavam da igreja e zelavam pelas tradições. Eles não gostavam de baile, mas o batuque podia seguir a noite inteira. D. Maria fala da troca de presentes entre os festeiros. A mulher recebia um corte de tecido e o homem era presenteado com uma brevidade. Brevidade é um bolo feito a base de ovo e goma. E a comida era de graça. Todos comiam e bebiam.

De acordo com Halbwachs apud Bosi (1994) a função social da memória exercida pela velhice, a de lembrar, ser a memória da família, do grupo e da sociedade. E ressalta a importância dos velhos nas sociedades primitivas assim como o são nas comunidades tradicionais.

Nas tribos primitivas, os velhos são os guardiões das tradições, não só porque eles a receberam mais cedo que os outros mas também porque só eles dispõem do lazer necessário para fixar seus pormenores ao longo de conversações com os outros velhos, e para ensiná-los aos jovens a partir da iniciação. Em nossas sociedades também estimamos um velho porque, tendo vivido muito tempo, ele tem muita experiência e está carregado de lembranças. Como, então os homens idosos não se interessariam apaixonadamente por esse passado, tesouro comum de que se constituíram depositários, e não se esforçariam por preencher, em plena consciência, a função que lhes confere o único prestígio que possam pretender daí em diante? (HALBWACHS, APUD BOSI, 1994).

Esta expectativa não é comum em todas as sociedades, algumas menos e outras mais. Mas o que se percebe quando é resgatada esta função, os velhos sentem-se valorizados e tem muito a contribuir para que possamos melhorar a cada dia o nosso presente.

O Sr. Ambrósio (75 anos) também recorda das festas e dos lugares:

Tinha festa demais. Em Pau Preto fazia a festa de Santo Antônio em junho, nas Abóboras na casa do velho Cirilo fazia a festa de São Bernardo no mês de julho; 06 de agosto era a festa do Senhor Bom Jesus, 08 de setembro tinha a reza; em janeiro as folias de reis. Nas festas tinha bebida, farofa, biscoito. A dança era o batuque. A pinga vinha de Mato Verde e Monte Azul. Os tropeiros de Mato Verde e Monte Azul vinham vender.

O Sr. Ambrósio (75 anos) lembra com afeto de sua mãe e da sua ancestralidade. E diz:

Mãe era trabalhadeira. Fazia muita coisa. Trabalhava de enxada, plantava roça, fazia coivara, fazia cerca. O nome da cerca era espinho- de- peixe. Fazia as estacas e colocava a madeira uma acima da outra. Em casa mãe fiava na roda, pisava milho, pisava arroz, pisava café. Minha mãe é gorutubana e meu avô era baiano. A parte de pai é índio. A bisavó de pai era índia. Onde nós morava tinha vasilhas velhas de barro dos índios. Eles haviam morado ali. Os índios e negros eram tudo misturado. Os índios eram morenos e de cabelo liso.

Ele fala também dos nomes dos lugares a beira do rio onde havia muitas famílias.

Os lugares a beira do rio Verde Grande eram: Barreirinho, Seriema, Arrozal, Barra, Pau Preto, Capão, Baixa Grande, Barrinha, Abóboras, Camiso, Jipapeiro, Rancho da Casca, Baixa do Pacú. Nestes lugares tudo morava gente. O rio tinha muita água. Água verdinha e, fundo... Tinha peixe demais. Surubim, dourado, Curimatá, piau, traíra, pacu, piranha, matrinchã, mandim, baú, cari, lambari.

Sr. Ambrósio recorda da diversidade de espécies de peixes existentes no rio Verde Grande.

D. Felícia conta como era o rio e das gentes que vivia ao seu redor. “Vivia muita gente na beira do rio. A água? Enxergava tudo o que estava lá dentro da água, peixe, surubim... Água verdinha, clarinha, vivia gente demais. O rio nesse tempo a água era de barranco a barranco”

D. Maria (76 anos) recorda de como era a convivência das famílias e do trabalho coletivo que eles realizavam na hora de debulhar o feijão. Ela disse que sente saudade.

Naquele tempo chovia demais. Ninguém tinha falta de nada não. Dava de tudo que plantava, era fartura. A gente só comprava o fogo. No tempo das águas meu pai ia para o Gerais e trazia carga de rapadura. Tem dia que eu deito e lembro. Plantava uma roça de feijão, e, a noite reunia um tanto de gente e debulhava o feijão tudo. Não tinha adoencismo. Quando alguém adoecia dava para a gente tarto, mas era só quem sabia. Tinha maleta. Era um frio, tinha que ficar no sol tinindo, sol quente e a gente tremendo de frio. Nós bebia um pau que tinha no mato era são Joãozinho. Óleo, purgante. A gente vivia tão bem. Eu tenho saudade daquele tempo, pode anotar aí. A gente não imaginava nada. Meu pai plantava mandioca. Uma vez meu pai plantou um brejo de arroz. Quando tava perto do tempo de

cortar o arroz o rio chegou e banhou tudo. O rio tá seco porque cortou a linha dele. O rio tem uma linha na beira d'água.

Fala que não havia muitas doenças. Mas se lembra da malária que eles enfrentavam sozinhos sem nenhuma intervenção do estado. Eles mesmos buscavam os remédios caseiros que alguém experiente preparava. D. Maria diz que o rio tem uma linha. O que será que quer dizer essa linha? Ela disse que cortaram a linha a beira d'água, por isso o rio está seco.

Todos os entrevistados foram expulsos de suas terras na década de 1960. Muitas famílias como é o caso do Sr. Ambrósio, foram morar de agregados com outras famílias e parentes. Saíram das terras da região de Seriema e vieram morar no Arrozal e próximos a comunidade Pau Preto, na terra dos Santos. Mas tempo depois tiveram que sair de lá também para dar lugar a outros que se diziam donos da terra.

Nessa região da Linha Beira Rio onde vivia um número significativo de comunidades tradicionais foram substituídas por fazendas. A comunidade da Barrinha é a que ainda constitui um maior número de famílias morando nesta localidade. Mas vivem em pequeno pedaço de terra, encurralados pelas fazendas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao iniciar este trabalho de pesquisa muitos foram os desafios, me disseram que era muito difícil trabalhar com história oral, é um trabalho que leva muito tempo, e devido as minhas condições eu não teria tanto tempo para dedicar. Este foi um olhar de fora de alguém que conhece pessoas que utilizam as fontes orais para seu trabalho de pesquisa. Eu não conseguia pensar em outro tema que me apaixonasse tanto como este dos povos tradicionais de Jaíba. E numa fala do Prof. Miguel Arroyo em uma de nossas aulas ele escreveu para mim num autografo de seu livro: Outros Sujeitos, Outras Pedagogias, “Como entender a brutalidade do desenraizamento?” Esta pergunta desencadeou todo o processo de construção do meu projeto e o tema deste trabalho de conclusão do curso de Especialização em Educação do Campo.

Estudar os teóricos que tratam a história oral, a memória de velhos foi de uma riqueza imensa. O curso já bastava pelo referencial teórico. Mas como todo trabalho é trabalho, não podia deixar de concluir este curso realizando e finalizando o TCC, a fim de realizar meu sonho de escrever mesmo que muito simples e timidamente sobre os povos tradicionais de Jaíba.

Entrevistar os sujeitos desta pesquisa foi um presente de valor incalculável. Ouvir cada um, perceber seus sentimentos ora de alegria, ora de tristeza devido os acontecimentos na sua trajetória de vida. Ouvir falar de um rio Verde Grande forte e cheio de vida. Ouvir falar da cultura, das tradições e do jeito de viver próprio do nosso povo. Os processos de desenraizamento brutalmente vividos pelo povo. Derrubaram suas casas, igreja, atearam fogo nas roças, tomaram suas terras, secaram os rios, mataram os animais silvestres, queimaram as florestas arbóreas, impactaram o solo com a pecuária extensiva. Mas não conseguiram arrancar do nosso povo a sua lembrança, a sua memória-história.

Esta lembrança deve emergir, pois estamos vivendo a pior fase da crise do sistema capitalista colonial. Estamos vivenciando em vários lugares do Brasil a escassez e falta de recursos vitais, a água por exemplo. O Rio São Francisco, o Rio Verde Grande há anos urgem revitalização. Ao invés disso a contraproposta é a exploração e exportação da água por meio dos alimentos, da produção do etanol e tantos outros.

Os povos tradicionais têm uma relação de respeito e de cuidado com os recursos naturais. Os recursos naturais fazem parte das suas crenças, valores e espiritualidade. Por

isso esses povos poderão sinalizar alternativas possíveis e de reconstrução do território. Consciência de sua história, de seus direitos e retomada do seu território é o que está previsto na lei. Urge fazer cumprir.

Os sujeitos desta pesquisa a maioria pessoas idosas, sentiam-se felizes em fazer parte deste trabalho. O Sr. José disse: “Só apareceu esta que lembrou”. E repetia várias vezes. Entendi que ele acredita que o fato que ocorreu na sua comunidade devesse ficar registrado. E ele deseja que a justiça seja feita com a Igreja Nossa Senhora Aparecida da Comunidade Barrinha.

A D. Maria pedia para registrar que ela sente muita saudade do tempo em que todos eram unidos e até para debulhar o feijão, os vizinhos se juntavam para ajudar. Ela disse que deita e lembra-se do tempo de fartura e de união entre as famílias.

A D. Felícia disse que não havia problema algum gravar a sua fala, porque ela está em todo lugar. Quando era jovem passava uns garimpeiros no rio e tirava fotos dela e das mulheres lavando roupa. E disse ainda: “sem contar meus documentos”. Ela queria dizer que seus documentos representam o registro de que ela existe.

A D. Conceição sonha com as terras em que viveu na Seriema. E sente por estar doente e não ter recursos suficientes para cuidar da sua saúde. O gado que recebeu a primeira muda de seu avô ainda resta algumas cabeças, sob os cuidados de um dos filhos. Disse que perdeu muitas coisas, suas terras e suas criações.

O Sr. Ambrósio participou da entrevista de forma bem descontraída. A entrevista foi realizada em sua casa em baixo de um pé de Manga. E sua esposa nos acompanhou durante a entrevista. Contou que no tempo em que era jovem “bicho do mato era manso”, e dava risada. Devido à grande quantidade de animais silvestres na região.

São pessoas encantadoras e deixam sua valiosa contribuição neste estudo sobre o Rio Verde Grande e os povos tradicionais de Jaíba.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARROYO, Miguel G. *Outros Sujeitos, Outras Pedagogias*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: Lembranças dos velhos*/ 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

_____. *O Tempo Vivo da Memória: Ensaio de Psicologia Social*/ 3º ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

COSTA, João Batista de Almeida. *A reescrita da História, a valorização do negro e a atualização das relações ancestrais no norte de Minas*. In: *Revista Verde Grande*. Montes Claros, v. 2, p. 12-27, 2005 a.

_____. *Mineiros e baianos: englobamento, exclusão e resistência*. Tese (Doutorado em Antropologia) – Departamento de Antropologia. Brasília: Universidade de Brasília, 2003.

_____. *Cultura, Natureza e Populações Tradicionais: O norte de Minas como síntese da nação brasileira*. In: *Revista Verde Grande*. Montes Claros, v. 3, p. 8-45, 2005.

COSTA FILHO, Aderval. *Os gurutubanos: territorialização, produção e sociabilidade em um quilombo do centro norte-mineiro*. Tese (Doutorado) Departamento de Antropologia. Brasília: Universidade de Brasília, 2008.

CUNHA, Charles Moreira. *Memórias de professores: convocações do presente*. Tese (Doutorado) Faculdade de Educação. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2010.

CUNHA, Maria das Graças Campolina. *Os nomes que nomeiam um modo de vida: As territorialidades do campesinato no sertão nortemineiro*. Disponível em: <<http://www.seted.ufba.br/modulos/submissao/Upload/41957.pdf>>. Acesso em: 17/04/2014.

BAUER, Martin W. e GASKELL, George. *Pesquisa qualitativa com texto: imagem e som: um manual prático*; tradução Pedrinho A. Guareschi. 11ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

JORGE, Amanda Lacerda. *Políticas de Desenvolvimento, Povos e Comunidades Tradicionais do Norte de Minas Gerais: considerações sobre o quilombo da Lapinha*. Cadernos do LEME, Campina Grande, vol. 4 nº 2, p. 23-39, jul./Dez. 2012. Disponível em: <<http://www.leme.ufcg.edu.br/cadernosdoleme/index.php/eleme/article/download/77/54>>. Acesso em: 17/04/2014.

_____, Amanda Lacerda. *Comunidades quilombolas, reconhecimento e proteção social*. *Vértices*, Campos dos Goyatacazes, RJ, v. 14 n. Especial 1, p. 83-101, 2012. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5935/1809-2667.20120014>>. Acesso em: 31/05/2014.

LANG, Alice Beatriz da Silva Gordo. História Oral: Muitas dúvidas, poucas certezas e uma proposta. In: MEIHY, José Carlos Sebe Bom. (Re) introduzindo História Oral no Brasil. São Paulo: Xamã, 1996. (série eventos).

MAESTRI, Mário. O escravismo no Brasil. 6º Ed. São Paulo: Atual, 1994. (Discutindo a História do Brasil).

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. História Oral: Como fazer, como pensar. Fabíola Holanda. 2ª Ed. São Paulo: Contexto, 2010.

RATTS, Alecsandro J.P. (Re) Conhecer Quilombos no Território Brasileiro. Estudos e Mobilizações. In: FONSECA, Maria Nazareth Soares (Org.). Brasil Afro-brasileiro. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. 352 p. 309-323.

REDE SOCIAL DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS. Quilombolas: Apropriação de Direitos. São Paulo: 2013. (Cartilha)

SANTOS, Renato Emerson. Diversidade, espaço e relações étnico-raciais: O Negro na Geografia do Brasil. 2ª ed. Belo Horizonte: Editora Gutenberg, 2009. (Coleção Cultura Negra e Identidade).

SILVEIRA, D. M. *Território ou Terra? Uma análise das disputas em torno do espaço norte mineiro*. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, O desenvolvimento da crise capitalista e a atualização das lutas contra a exploração, a dominação e humilhação, VI, 2013, São Luís, Maranhão. Disponível em: <<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2013/JornadaEixo2013/anais-eixo12questaoagricolaquestaoagrariasegurancaalimentarepoliticaspUBLICAS/pdf/teitorio uteaumaanalisedasdisputasemtornodoespaconortemineiro.pdf>>. Acesso em: 01/04/2014.

VIEIRA, E. F. C.; SOARES, G. F.; SILVEIRA, I. M. S. C.; MAGALHÃES, S. C. M. Atlas ambiental da bacia hidrográfica do Rio Verde Grande: instrumento de educação ambiental. In: COLÓQUIO DE CARTOGRAFIA PARA CRIANÇAS E ESCOLARES, 7, 2011. Vitória. Anais... Vitória, 2011. p. 24-36. Disponível em: <http://cartografiaescolar2011.files.wordpress.com/2012/03/atlasambientalbaciahidrograficarioverdegrande1.pdf>. Acesso em: 01/04/2014.

(Em:<<http://www.verdegrande.cbh.gov.br/caracterizacao.aspx>>. Acesso em: 20/06/2014

(Em:<<http://www.jaiba.mg.gov.br/index.php?acessado>>. Acesso em: 22/07/2014 (Em:

<http://www.ihgmc.art.br/revista_volume1.htm>

ANEXOS I



Foto: Maria Celma de Souza/ Igreja Santo Antônio da Comunidade Pau Preto/Jaíba/MG



Foto: Maria Celma de Souza/ Cemitério desativado: Comunidade Pau Preto



Foto: Maria Celma de Souza - Roda de fiar de D. Conceição. Esta roda pertenceu sua avó Cristina.



Foto: Maria Celma de Souza - Pilão da casa do Sr. Ambrósio. Este pilão pertenceu à mãe adotiva de sua esposa.



Foto: Maria Celma de Souza

Fundo da casa do Sr. Ambrósio, próximo ao rio Verde Grande em Jaíba próximo ao centro da cidade.

Anexo II**COLONIZAÇÃO DA JAÍBA**

Antônio Augusto Velloso

Artigo extraído da Revista do “Arquivo Público Mineiro” de Direção e Redação de Augusto de Lima - Ano VI, Fascículo I - Janeiro a Março de 1901, editada em Belo Horizonte, na Imprensa Oficial de Minas Gerais.

Houve um tempo, ainda não remoto, em que demais falou-se acerca de imigração e colonização em Minas.

Então fazia-se pela imprensa ativa propaganda da abolição do cativo, resquício de barbaria subsistente nas instituições do país.

E a idéia vitoriosa conquistava dia a dia novos adeptos, convictos uns, outros vencidos pela força irresistível da evolução.

Esta, porém, apenas antecipada pelo espírito revolucionário, despertando o sentimento da humanidade inato ao povo brasileiro, operou-se alguns anos antes da época em que necessariamente havia de realizar-se.

Extinta, de fato, estaria a escravidão no Brasil, dentro de um período relativamente limitado, estancadas as fontes do poder dominical pelas leis que proibiram o tráfico e declararam livres os denominados ingênuos, estas salutares providências tinham sido acompanhadas de outras, igualmente eficazes, como a criação do fundo de emancipação, a garantia de favores concedidos à liberdade e a animação das manumissões, por diversos modos.

Mais tarde a libertação dos sexagenários viera completar aquelas sábias medidas, já suficientes para fazerem desaparecer, da única d'entre todas as nações cultas, que ainda a mantinha, uma tal aberração das leis naturais, que nem ao menos era positivamente reconhecida pela pátria legislação, o que bem exprimia o velho jurisconsulto português, escrevendo que "servi nigre in Brazilia tolerantur, sed quo jure et titulo me penitus agnorare fateor".

Era, pois, infalível a supressão de semelhante propriedade anormal, repugnante aos princípios da moral e do Direito natural, e incompatível com a civilização moderna.

Entretanto a solução do problema do chamado elemento servil devia efetuar-se talvez passadas mais algumas dezenas de anos, e foi contra esta dilação que se suscitou o movimento precipite e tenaz que, depois de vários sucessos, em pouco e muito antes que se esperasse, terminou pela memorável lei da abolição, decretada em 1888.

Por esse tempo foi quando mais tratou-se do assunto de imigração e colonização, no pensamento de substituir se por estrangeiros os braços libertados, tornando-se menos sensível o abalo por que se pressupunha terem de passar a lavoura e outras indústrias do país, com a transformação do trabalho, mormente nos grandes estabelecimentos agrícolas.

Mas parecia que não se cogitava de modo algum da colocação desses milhares de brasileiros, novamente admitidos à comunhão social, nem da coerção de tantos indivíduos validos a adotarem uma profissão lícita, fiando-se de certo somente nas disposições penais repressivas da ociosidade, nunca executadas com a imparcialidade e rigor imprescindíveis, por motivos assaz notórios.

Já no ano anterior, a assembléia legislativa provincial havia decretado, entre gerais aplausos e manifestações de entusiasmo, uma lei autorizando o governo a auxiliar o serviço de imigração e colonização na província, mediante a indenização das despesas de passagem dos imigrantes de determinadas procedências, com a criação de núcleos coloniais nas zonas de estrada de ferro e nas margens do Rio das Velhas, com a fundação da hospedaria de imigrantes em Juiz de Fora e outros favores.

Era tudo quanto se podia então fazer, no regime de centralização que vigorava, e ainda assim muito menos do que se havia feito em São Paulo, no Paraná, em Santa Catarina e noutras províncias, como apresto para atenuar o choque de transição.

Proclamada, porém, a república federativa, estatuiu-se no art. 64 da Constituição que pertencem aos Estados as terras devolutas situadas nos seus respectivos territórios, a respeito de cujo direito, em conseqüência, teve o Congresso Mineiro de legislar como dispõem as leis n. 27, de 25 de julho de 1829, n. 173, de 4 de setembro de 1796, e n. 263, de 21 de agosto de 1899.

A primeira desta e o vigente regulamento nº 1.351, de 11 de janeiro de 1900, definem quais as terras devolutas do Estado, entre as quais se compreendem as que não se acham no domínio particular por título legítimo e as que não foram adquiridas por posse ou concessões, competentemente legitimadas, confirmadas ou revalidadas.

De iguais terras, pois, tem o governo do Estado a faculdade de dispor como possa melhor convir ao bem público, a que de certo nada mais importa que proporcionar à numerosa classe dos proletários, consideravelmente multiplicada pela lei da libertação total, os meios de prover à própria subsistência, por uma ocupação honesta.

Para semelhante, patriótica e meritória obra de regeneração dos costumes pelo trabalho livre, sempre se me afigurou medida efficacíssima a concessão gratuita de lotes de terras devolutas em certas condições aos indivíduos desfavorecidos e capazes de se dedicarem à agricultura como os redimidos por lei, fundando-se com este fim colônias de preferência destinadas a nacionais.

Deste modo, ainda mais legitimar-se-iam toda energia e severidade na repressão da vadiagem, sem tantas vezes coagir-se não poucos infelizes a sujeitarem-se a uma nova servidão para escapar à privação da liberdade imposta por sentença.

Assim tem, atualmente, melhor oportunidade, ao que parece a reprovação de uma desalinhada notícia, publicada há alguns anos, em periódico sertanejo, sobre um trecho desconhecido do norte de Minas, a propósito da conveniência, das vantagens, senão da necessidade da fundação de colônias de nacionais de aludida origem, o que se procurou demonstrar, naquela predestinada região mineira.

Certamente a descrição corográfica de qualquer parcela do território do Estado amoldase ao programa desta Revista, conforme foi traçado na lei da criação do Arquivo e respectivos regulamentos; e é por isso que, atendendo de bom grado ao convite honroso do ilustrado Doutor Diretor e Distinto Redator desta importante publicação, acabo de rever e refundir o que outrora havia esboçado, concernente a um recanto quase inabitado, que imaginei pudesse vir algum dia a ser um próspero e rico município, qual uma pequena Libéria nos confins de Minas, para mais uma vez colaborar, e ora com o presente modesto e singelo trabalho, neste precioso repositório de tantas produções superiores.

Talvez que para o futuro, transformando-se em realidade uma utopia de então como de hoje, o Estado de Minas conta novos e florescentes distritos, constituindo uma nova circunscrição administrativa, nas terras denominadas de Jaíba.

Situada no vale do rio Verde Grande, a parte de território norte-mineiro por esse nome conhecida estende-se desde a foz do Ribeirão do Ouro até a margem esquerda do Rio Verde Pequeno e, além da confluência desta até a serra de São Felipe, limite entre o antigo distrito de Morrinhos do município de Januária e o de Santo Antônio da Boa Vista no município de Contendas.

Lugares ainda muito pouco explorados ou inteiramente desconhecidos, não se pode determinar, nem ao menos aproximadamente, o espaço que compreendem aqueles ermos baixos e vazantes cobertas de florestas imensas, matos virgens em toda acepção, nem aquelas amplas chapadas, carrascos e tabuleiro agrestes, cuja monótona uniformidade é apenas interrompida, de longe a longe, pelas raras veredas, capões de pindaíba isolados, e esplêndidos buritizais que comumente abrigam à sombra límpidos mananciais e olhos d'água.

Entretanto calcula-se em mais de trinta léguas a distância de sul a norte e, em pouco mais ou menos igual, a de leste a oeste dessa extensa superfície de terras, ao que se presume devolutas, as quais se dilatam pelo município de Contendas, Grão Mogol e Boa Vista e, neste último, tocam a fronteira do Estado com o da Bahia, conforme foi fixada pela ordem régia de 16 de março de 1720.

Ali, as terras de cultura para cereais, cana de açúcar, mandiocas, trigo, algodão, fumo não podem deixar de ser pelo menos tão férteis como todas as do feracíssimo vale do Rio Verde, cuja prodigiosa uberdade é já bastante conhecida, por serem lavradas, há longos anos, desde as nascentes do mesmo rio, no município de Bocaiúva, e, na maior extensão, no de Montes Claros.

Ali também os vastos campos, cerrados e caatingas mais afastados das margens do rio Verde, e por onde correm permanentes córregos e pequenos rios, afluentes daquele, oferecem excelentes pastagens nativas, capazes de nutrir muitos milhares de rezes e próprios para toda espécie de criação.

Finalmente, conquanto não tenham sido ainda explorados aqueles sítios, apenas raramente percorridos pelos mais destemidos caçadores e vaqueiros extraviados, devem provavelmente deparar-se comodas e aprazíveis situações para estabelecimentos rurais naquelas paragens, onde à agricultura e à indústria pastoril poderão juntar-se outras acessórias, como as extrativas, o curtume, o fabrico do fumo, a pesca e a caça.

Efetivamente, madeiras de construção e de marcenaria de todas as qualidades mais apreciadas e das maiores dimensões, tais como produzirão árvores colossais, duas e mais vezes seculares, poderão ser dali facilmente transportadas em simples balsas pelo rio Verde Grande, navegável, como se sabe e nota o moderno mapa de Minas de Chrocksatt de Sá, até a foz do rio Verde Pequeno, e mesmo deste ponto acima, por ajoujos e canoas, até portos mais próximos de Montes Claros, no município desta comarca.

As grandes serras por ali disseminadas, como as de toda a região, contêm, segundo todas as possibilidades, muitas lapas em que se acham ricas jazidas de salitre, ainda intactas.

A mangabeira, de que se extrai a borracha, que tanta aceitação tem encontrado nos mercados do país e que há muitos anos constitui um dos artigos de maior exploração do norte do Estado, deve ser abundantíssima em toda a vastidão dos tabuleiros inexplorados daquele trecho de Minas.

É assim que a palha do buriti, de longas fibras flexíveis, macias, claras, e que até agora somente são utilizadas para cordas mui resistentes, chapéus e confortáveis redes, poderá ser com vantagem empregada para vários outros artefatos, como para substituir a palhinha comum nos móveis de assentos.

A caça de todos os gêneros poderá igualmente ser, durante longos anos, em tais estâncias, uma ocupação rendosa pelo comércio das peles mais estimadas, como são as da ariranha, da lontra, da anta, de diferentes variedades de onças e veados, não se falando na infinidade de aves e pássaros de saborosa e delicada carne.

Abelhas de diversas espécies, que fabricam delicioso mel e quantidade de cera, útil para tantos fins, no tronco das árvores, nas frinchas das rochas e até no próprio solo, donde se extraem com mínimo custo, proporcionarão mais um elemento de vida fácil, uma agradável diversão e regalo para todas as classes.

No Rio Verde e seus afluentes, é admirável a abundância de peixe, que em vários pontos apanham-se nos grandes parís e jequís, e cuja quantidade será suficiente para abastecer as populações inteiras e formar carregamentos para exportação, desde que a pesca seja ali uma indústria.

De quantas frutas silvestres alimentícias, cocos e palmitos carregam-se anualmente as árvores e palmeiras tirarão proveito os povoadores daquelas terras, que outros tantos recursos hão de encontrar, nos primeiros tempos da colonização, que far-lhes-hão até esquecer a agitação da luta pela vida, cada dia mais penosa nos centros já adiantados.

Mas nem terão de ficar segregados das cidades e das outras povoações, pois o São Francisco é regularmente sulcado por navios a vapor e as comunicações com este podem se estabelecer facilmente, pelo rio Verde, por meio de canoas e ajoujos.

Abri-se-ão também logo boas estradas para as cidades vizinhas, para Januária, Montes Claros e outros empórios de comércio daquela zona com as praças do Rio de Janeiro e da Bahia.

Entretanto, jazem completamente incultas e quase desertas as terras designadas pela denominação genérica de Jaíba, as quais presume-se com razão que sejam devolutas e portanto do domínio do Estado; porquanto nenhum proprietário, que conste, as possui e nem menos arroga-se alguém direito à propriedade das mesmas.

Apenas reza uma vaga tradição que pelos anos de 1770 a 1771 vieram para o Brasil três portugueses irmãos, que se passaram para a Capitania de Minas, estacionando no arraial velho de Sabará, onde um deles ficou, aí casando-se depois, e os outros seguiram a vida aventureira dos primeiros colonos em busca de ouro.

Destes, dirigiu-se o mais velho para as minas do Rio das Mortes, onde parece que fixouse mais tarde, constituindo família, na vila de São José, hoje a cidade de Tiradentes; e o terceiro que era mais moço e talvez o mais intrépido e ambicioso, internou-se com alguns companheiros para o norte da capitania, à cata de minas, indo afinal ter à povoação de Morrinhos na margem direita do São Francisco e pouco acima da confluência do Rio Verde.

Aí tiveram esses arrojados sertanistas o roteiro de uma lagoa, sita nas imediações da barra do rio Verde Pequeno, e na qual havia imensas riquezas.

Partindo logo para esse outro eldorado, munido de armas e provisões, e guiados por um velho índio manso, após várias peripécias, através de brenhas inóspitas, chegaram a reconhecer a existência da riquíssima lagoa, em cujas bordas o ouro resplandecia a descoberto por toda parte.

Mas quando acampavam e dispunham-se a recolher quanto pudesse carregar do cobiçado metal, foram de improviso atacados por uma avultada horda de bugres, com os quais tiveram de sustentar luta renhida, caindo mortos quase todos os da pequena companhia.

Somente o chefe e um companheiro conseguiram escapar, voltando ao arraial de Sabará, onde contaram o prodigioso descobrimento que haviam feito naqueles sertões longínquos.

Aconselhado por pessoas do lugar, "bem pacatas", como diz um manuscrito da época, que tenho à vista, o descobridor tratou de requerer carta de sesmaria das terras onde encontrara tamanha riqueza; mas antes que a obtivesse, veio a falecer em consequência das febres malignas ou malinas, como então designavam as intermitentes sezões que tinha apanhado na expedição.

Ignora-se, porém, se foi concedido ou não a sesmaria requerida; e nem consta que jamais os irmãos do peticionário, que foram troncos de numerosas famílias, dispersas pelos municípios do norte e por outros do Estado, nem seus descendentes procurassem averiguar semelhante negócio, o que já seria todo extemporâneo.

É porque a Jaíba é, quase em toda a extensão da área que compreende, inabitada, pois somente os contornos que avizinham com as povoações adjacentes são ocupados por uma gente que se descreve como semi-selvagem, vivendo num estado pouco menos do primitivo, de natureza, em meia nudez, sustentando-se principalmente de caças, pesca, palmitos, e frutas silvestres.

Na alimentação ordinária desse povo excepcional entra freqüentemente uma esquisita iguaria, preparada de carne de veado e depois reduzida a fino pó, a que juntam mel de abelha jataí, formando uma espessa massa pastosa, que aromatizam com certas folhas escolhidas. Dizem que é um manjar que sabe mesmo muito bem a qualquer paladar e pode

conservar por muito tempo. Mais fácil é avaliar as propriedades irritantes e cáusticas de semelhante substância, a que dão o nome de indígena de curumim.

É um fato singular esse regresso do homem civilizado à vida selvagem, em certas condições mesológicas porém digno de observação e certificado pelos antropologistas e etimólogos, ao que afirmam Darwin e outros, explicando-o pela tendência natural do indivíduo para os caracteres dos antepassados.

E nem só nos habitantes da Jaíba nota-se um tal fenômeno de reversão, que dizem apresentarem também os célebres Serranos das Araras e a população de outros pontos da vastíssima região mineira, chamada Vão do Urucuia, confinando com Goiás, à margem esquerda do São Francisco.

Apenas os maiores dessa espécie de tribos, composta na totalidade de pretos e mestiços, que são propriamente nômades, mas não tem habitações regulares, cultivam a mandioca, de que fazem farinha para o próprio consumo, abóboras, melancias e plantas tuberosas, criam algum gado vacum, cavalar e suíno.

Da vida civilizada muito pouco sabem, e só algumas leves e confusas noções têm de religião, alterada por práticas grosseiras e supersticiosas.

De tempos a tempos os Reverendos Párcos da Boa Vista, Januária, Gorutuba e outros sacerdotes tocam aos lugares mais povoados da Jaíba, aonde vão à desobriga dos moradores, que para ali concorrem aos atos religiosos, batizando-os e casando-os; ali tem havido exemplos de receberem o batismo adulto, homens e mulheres maiores de vinte, trinta e mais anos.

Alguns, porém, vivem mais para o interior das terras e nenhum sacramento jamais recebem, segundo supõe-se.

Mas os jaibanos mantêm, contudo, relações comerciais com os que lá penetram, pelos sítios onde eles vivem nas suas malocas: compram, vendem, ou trocam pelas mercadorias que lhe levam, couro, salitre e outros artigos, fazendo raro uso da moeda em suas transações.

No entanto riquezas, talvez incalculáveis encerram aqueles matos virgens imensos, aquelas intermináveis vargens e campinas em cujo âmbito se presume estar situada a formosa lagoa que a crença popular denominou - lagoa dourada.

Fábula ou verdade, ela tem sido já por diversas pessoas avistada, depois do descobrimento feito pelos primeiros exploradores, a que neste escrito me referi.

Caçadores errantes e desviados campeadores que a viram deslumbrados asseveram que as areias daquele maravilhoso lago de cerca de um quarto de légua de circunferência, são de puro ouro, que as águas repousam sobre um fundo de ouro. É, não obstante, vulgar que todos os povos em todas as regiões sempre imaginaram uma dessas assombrosas riquezas ocultas, e que nunca se descobre; donde é de crer que a lagoa dourada da Jaíba se explica apenas pela existência do precioso metal em proporções mais ou menos ordinárias, num qualquer daqueles lugares.

Esta era também a opinião de um reverendo Padre, homem assaz instruído e observador inteligente, que por ali teve que andar mais de uma vez no exercício do seu sagrado ministério, e por quem me foram, há alguns anos, fornecidas, em grande parte, as informações que serviram para esta ligeira e tosca descrição.

Mas como quer que seja e abstraindo-se de mais este, as terras da Jaíba oferecem todos os elementos para a fundação de uma ou de diversas promissoras colônias, cuja idéia, se ocorrer aos poderes públicos e for promovida à realidade, há de trazer um importante melhoramento para o Estado, pelo maior desenvolvimento da lavoura, pelo invento de novas indústrias, pelo incremento do comércio fluvial do São Francisco e pelo conseqüente aumento das rendas.

Talvez se objete que naquela zona são todos os lugares insalubres, onde grassam febres epidêmicas; porém não são mais do que as ciladas ribeirinhas de São Francisco, onde florescem e prosperam muitas povoações e cidades, debelando-se sem dificuldade a moléstia no tempo da epidemia, cujo aparecimento mesmo tem se conseguido prevenir ou pelo menos minorar.

Mandando, portanto, o governo verificar se, como se acredita, efetivamente são devolutas as terras, ainda que se limitem às primeiras providências ao processo de tombamento,

medição, demarcação e divisão das mesmas em lotes, e sujeitando-as no regime comum das demais do domínio do Estado, estarão dispostos os meios e lançados os fundamentos para a futura colonização da Jaíba.

Ouro Preto, 15 de agosto de 1901.

Antônio Augusto Velloso.